

Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas

O golpe militar de 1964, no Brasil, ocorreu em um momento em que o mundo vivia um contexto de polarização política entre os Estados Unidos e a União Soviética, entre capitalismo e comunismo. Na América Latina, havia uma crescente organização das camadas populares em busca de melhores condições de vida, impulsionadas por ideais socialistas. A experiência da revolução cubana aprofundava os medos que as elites tinham de transformações políticas e econômicas que envolvessem a redistribuição das riquezas do continente. Lenira Carvalho viveu esse período quando iniciava sua atuação na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.

No capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, Lenira Carvalho fala sobre o contexto que o país atravessava e como o seu contato com a Juventude Operária Católica (JOC) mudou sua forma de pensar sobre o mundo. A JOC teve um papel importante na organização das trabalhadoras domésticas no país. Era um grupo organizado por setores progressistas da Igreja Católica, ligado à Ação Católica Operária, que também atuava com camponeses (JAC), estudantes (JEC) e universitários (JUC), num esforço de organizar esses setores da sociedade para reivindicar transformações. Em 1963, a JOC organizou um Congresso Regional de Empregadas Domésticas no Recife, que, segundo Lenira, resultou na “primeira passeata de domésticas do Brasil”. Naquele período o trabalho doméstico não tinha nenhuma regulação e o mais comum era trabalhar em troca de comida e moradia na casa dos patrões. Lenira Carvalho conta que foi nesse contexto que ela teve contato com um horizonte de reivindicações, foi ali que ouviu falar pela primeira vez em coisas como salário-mínimo, férias e carteira assinada.

No campo, as trabalhadoras rurais também viviam em um regime de trabalho praticamente sem direitos. Em resposta a essas condições, surgiram associações de trabalhadores rurais que passaram a lutar pelo direito à terra e por melhores condições de vida. O principal movimento de reivindicação de trabalhadoras rurais eram as Ligas Camponesas, organizadas prin-

cipalmente na Zona da Mata de Pernambuco e da Paraíba. Comentando sobre esse momento, Lenira diz: “Naqueles tempos, 1962, 1963, a gente vivia um clima de mais liberdade, de luta muito grande pelos direitos dos trabalhadores. Em todos os cantos levantavam-se os problemas do povo. Era um clima de democracia que nem sei se, talvez, algum historiador possa saber!”.

Se havia nesse período um acúmulo de força da classe trabalhadora que fazia o povo sonhar com um horizonte de transformações, era essa mesma possibilidade de mudança que fazia com que as elites, que se beneficiavam da distribuição desigual das riquezas no país, tivessem tanto medo dessas reivindicações e das reformas de base que estavam sendo propostas durante o governo de João Goulart. Um discurso anticomunista se proliferou e serviu de ataque para a possibilidade de uma sociedade mais justa e inclusiva. Um ato importante dessa articulação ocorreu quando, em resposta à força social das trabalhadoras, se organiza, em março de 1964, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma demonstração de apoio dos setores conservadores que antecede o golpe. O ato foi financiado por empresários paulistas e cariocas e recebeu também dinheiro dos Estados Unidos, que se implicaram significativamente em garantir a viabilidade do golpe militar. Essa marcha é a representação da aliança entre os interesses econômicos da classe dominante, mas também do conservadorismo religioso e do anticomunismo que havia sido mobilizado em parte da sociedade brasileira. Em outras cidades do país, a manifestação aconteceu nas semanas que se seguiram ao golpe de 1º de abril de 1964. No Recife, ela foi convocada através dos jornais pela Cruzada Democrática Feminina e teve apoio de associações religiosas, do empresariado e de partidos e políticos que haviam apoiado a deposição de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco.

O golpe se consolidou com o avanço de tropas militares, em 1º de abril de 1964, e a deposição do presidente João Goulart. As repressões não demoraram a acontecer. Nesse mesmo dia, por exemplo, Miguel Arraes foi pressio-

nado pelo Exército a renunciar ao seu mandato. Negando-se a sair do governo, Arraes foi preso e conduzido ao presídio da ilha de Fernando de Noronha, onde ficaria até maio de 1965. Depois de sair da cadeia, seria um de tantos que seguiram para o exílio e só retornaram ao país depois da aprovação da Lei de Anistia, em 1979. De modo geral, o golpe de 1964 dá início a um período de autoritarismo que resultará na repressão dos setores populares organizados. Já nos primeiros meses depois do golpe, 50 mil pessoas foram presas. Os militares e os seus aliados dissolveram partidos políticos, cassaram mandatos parlamentares, prenderam dissidentes, censuraram os meios de comunicação e acabaram com as eleições para presidente, governador e prefeito. Toda a organização popular passou a ser considerada parte da “ameaça comunista”, que a ditadura utilizou para justificar perseguições, tortura, assassinatos e desaparecimento de pessoas que se opunham ao regime.

Por sua participação na JOC, Lenira Carvalho entrou na mira da repressão. Os militares invadiram sua casa, reviraram tudo o que havia ali, fizeram acusações infundadas de que os moradores tinham armas e a levaram, junto com suas companheiras de casa, para um interrogatório. Após uma noite na delegacia, Lenira e suas companheiras foram liberadas porque não havia nada que justificasse a prisão. Alguns dos seus companheiros, entretanto, tiveram um destino mais sombrio. Comentando sobre o período de atuação na luta por direitos, Lenira conta que conviveu com o Frei Tito de Alencar Lima, militante da Juventude Estudantil Católica (JEC). Alguns anos depois, durante a vigência do

AI-5, Frei Tito foi preso. Levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ele foi submetido à tortura, o que o marcou profundamente. Tito acabaria sendo libertado, em dezembro de 1970, depois que dois grupos de oposição armada à ditadura, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), capturaram o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, e pediram a libertação de 40 presos políticos em troca de soltá-lo. Além de tirar os presos políticos da cadeia, essa ação também tinha o propósito de visibilizar internacionalmente as perseguições políticas, a suspensão de garantias democráticas e a sistemática prática da tortura contra dissidentes políticos.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, afirma que a ditadura empresarial-militar brasileira torturou 20 mil pessoas e foi a responsável direta pela morte de 191 e pelo desaparecimento de 342 pessoas militantes de esquerda. Mas os números da violência são maiores, se considerarmos que os Esquadrões da Morte, braços policiais clandestinos do Estado, foram responsáveis pelo assassinato de 800 pessoas somente entre 1968 e 1971. As discussões críticas em torno da memória desse período histórico evidenciam também o apagamento de assassinatos de camponeses e indígenas que aconteceram na ditadura empresarial-militar. Por estarem longe dos centros urbanos, esses grupos nem sempre fazem parte do imaginário de vítimas do período. Atualmente, se estima que mais de 8 mil camponeses e indígenas foram mortos durante o período entre 1964 e 1985 em função de ação direta ou omissão do Estado.

Glossário

AI-5

O Ato Institucional número 5 da ditadura empresarial-militar foi decretado em dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, e cassou políticos de oposição ao regime, demitiu funcionários públicos, destituiu juízes do Supremo Tribunal Federal, fechou o Congresso Nacional e proibiu reuniões e manifestações de rua, entre outras garantias individuais. O AI-5 inaugurou o período de maior repressão e violência política da ditadura contra a oposição e permaneceu em vigência por aproximadamente dez anos.

DOPS

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1924 e era um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura empresarial-militar (1964-1985). O DOPS funcionava com unidades de Polícia Política em cada estado do país, que eram responsáveis por monitorar e reprimir comunistas, anarquistas, sindicatos, associações, movimentos sociais e artistas.

Ligas camponesas

Associações de trabalhadores do campo que surgiram em Pernambuco, sendo criadas posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Goiás e em outras regiões do Brasil. Tiveram influência crescente no debate nacional, sendo grandes impulsionadoras da luta por reforma agrária no Brasil até o golpe de 1964.

Reformas de base

Reformas estruturais propostas pelo governo João Goulart que propunham alterações na estrutura agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro no país. Pretendiam, entre outras coisas, ampliar o acesso à terra aos camponeses, garantir o direito ao voto aos analfabetos e aos militares de baixas patentes, centralizar a política econômica no Banco Central, ampliar o número de vagas na universidade e aumentar a liberdade no exercício da docência no ensino superior, assim como legislar mais amplamente sobre a questão das cidades para controlar o preço de aluguéis e enfrentar os já grandes problemas de moradia.

